



PODER

A provação de Messias no caminho para o STF

Após mais de cinco meses, Senado sabatina, hoje, o AGU indicado por Lula para a Corte. Ele deve encarar uma dura sessão, com temas como aborto e caso Master no foco. Base avalia maioria apertada, reorganiza comissão e mobiliza aliados pela aprovação

» ALÍCIA BERNARDES

Menos de 24 horas antes da **sabatina** do advogado-geral da União, Jorge Messias, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, o governo intensificou uma verdadeira blitz para assegurar a aprovação do indicado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à vaga aberta no Supremo Tribunal Federal (STF). O movimento ganhou novo impulso após a informação de que houve um encontro de Messias com o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), considerado por aliados como o marco da reta final da articulação, ainda que cercado de ruídos, surpresa e desconforto nos bastidores.

A reunião entre Messias e Alcolumbre, ocorrida dias antes na residência do ministro Cristiano Zanin, do STF, não apenas antecipou o diálogo institucional como também pegou de surpresa parte relevante da base de Lula no Parlamento. Nem mesmo o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), tinha conhecimento prévio do encontro. A falta de aviso expôs fissuras na coordenação política e provocou incômodo entre aliados, que classificaram a conversa como “reservada demais” para um momento de forte sensibilidade.

O próprio Alcolumbre reagiu negativamente ao vazamento da reunião, interpretando o episódio como uma tentativa de pressioná-lo publicamente a se posicionar a favor da indicação — o presidente do Congresso defendia o senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) para a vaga (**leia Memória**). Apesar disso, interlocutores avaliam que o gesto ajudou a destravar canais de diálogo e a medir o ambiente político na Casa, ainda marcado por resistências e imprevisibilidade quanto ao comportamento de parte dos senadores.

Com esse pano de fundo, o Palácio do Planalto passou a trabalhar com uma contagem de votos considerada otimista, ainda que sem ampla margem de segurança. A avaliação interna é de que há um piso capaz de garantir os 41 votos necessários no plenário, mas o histórico recente de indicações com placares apertados levou o governo a intensificar negociações individuais e monitorar cada voto.

Para reforçar esse cenário, líderes governistas promoveram mudanças estratégicas na composição da CCJ. A chamada “dança das cadeiras” envolveu substituições de titulares e suplentes com o objetivo

PSB 40/Divulgação



Messias participou de almoço com Alckmin, Pacheco e João Campos, além de outras lideranças do PSB e parlamentares

Perfil

O advogado-geral da União, Jorge Messias, tem 45 anos e é procurador da Fazenda Nacional desde 2007. Já foi subchefe para Assuntos Jurídicos da Presidência da República, secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação e consultor jurídico dos ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação. É graduado em direito pela Faculdade de Direito do Recife (UFPE) e mestre e doutor pela Universidade de Brasília (UnB).

Favorável

O parecer da indicação de Messias, feito pelo senador Weverton Rocha (PDT-MA), foi favorável ao advogado-geral da União. O relator avaliou que o escolhido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve atuação conciliadora à frente do órgão e cumpre “as exigências constitucionais concernentes à reputação ilibada e ao notável saber jurídico para o exercício do cargo para o qual foi indicado”.

de reduzir a presença de parlamentares críticos e ampliar o espaço de aliados. A reorganização é vista como essencial para controlar o ambiente na comissão, primeira etapa da tramitação, e evitar que a sabatina produza desgastes irreversíveis.

Paralelamente, a articulação política ganhou reforços de peso. O líder Jaques Wagner segue à frente da operação no Senado, enquanto o ministro da Defesa, José Múcio, atuou na interlocução com setores mais conservadores e com trânsito entre diferentes bancadas. Também houve investidas específicas sobre a bancada evangélica, considerada estratégica, além de movimentos para consolidar apoios no PSB e em partidos de centro. Nesse contexto, o vice-presidente Geraldo Alckmin articulou um almoço com senadores e lideranças da sigla, incluindo

Pacheco, ampliando a rede de sustentação ao nome de Messias.

Do lado da oposição, a estratégia tem sido elevar o tom e tentar transformar a sabatina em um palco de questionamentos mais amplos sobre o STF. A expectativa é de uma sessão longa, com foco não apenas na trajetória de Messias, mas principalmente em temas sensíveis relacionados à atuação da Corte, como ativismo judicial, equilíbrio entre Poderes, credibilidade institucional e, especialmente, o caso do Banco Master, para o qual o STF foi empurrado com suspeitas que pairam sobre os ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffi e Kassio Nunes Marques.

Ciente desse cenário, Messias ajustou sua preparação para uma sabatina que deve ir além de seu currículo. A orientação, segundo aliados,

é manter um discurso equilibrado, evitar confrontos diretos com ministros do Supremo e, ao mesmo tempo, não se esquivar de temas delicados. A aposta é que o indicado reforce princípios como ética, moderação e autocontenção judicial, destacando sua atuação à frente da Advocacia-Geral da União (AGU) como credencial técnica e política.

Temas sensíveis

Evangélico da Igreja Batista, Messias também deve ser questionado por defender, como AGU, o aborto legal. Parlamentares bolsonaristas ressaltam a posição do órgão na ação que contesta a Resolução 2.378, de 2024, do Conselho Federal de Medicina (CFM), que proibiu a assistolia fetal em gestações acima de 22 semanas. Messias assinou

Memória

Espera de mais de cinco meses

A escolha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo advogado-geral da União, Jorge Messias, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 20 de novembro de 2025, mas o Palácio do Planalto só oficializou a indicação no dia 1º deste mês. Em 9 de abril, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), enviou o processo à CCJ.

A trava na tramitação do caso é atribuída a um estranhamento entre Lula e Alcolumbre. O senador se irritou por ter sua sugestão ao STF, o aliado Rodrigo Pacheco (PSB-MG), ignorada pelo presidente.

14

Quantidade mínima de votos necessários para a aprovação de Messias na CCJ

41

Número mínimo de votos que o AGU precisa no plenário para conquistar a vaga no STF

pareceres que questionam normas do CFM, argumentando que a entidade extrapolou suas competências ao restringir procedimentos previstos na legislação penal.

Na avaliação de governistas, o desfecho no Congresso dependerá menos de embates públicos e mais da articulação silenciosa nos bastidores. A blitz montada pelo governo, que combina encontros reservados, ajustes na CCJ e mobilização de aliados de diferentes espectros, será testada na prática na sabatina. O objetivo é claro: atravessar a comissão sem danos e chegar ao plenário com votos suficientes para confirmar Messias no STF, mesmo que por uma margem estreita. Tanto na CCJ quanto no plenário, o voto é secreto. Caso ele seja aprovado, assumirá a cadeira que foi do ministro Luís Roberto Barroso.

PL da Dosimetria mobiliza oposição e governistas

» DANANDRA ROCHA

O Congresso analisa, amanhã, o veto integral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei da dosimetria, que altera a forma de cálculo das penas aplicadas aos condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

A tendência, segundo lideranças ouvidas pelo **Correio**, é de que o veto seja derrubado, restabelecendo as regras previstas no texto aprovado pelo Congresso. Para rejeitar a decisão presidencial, são necessários ao menos 257 votos na Câmara e 41 no Senado, em votações separadas. O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ),

afirma que a oposição pode superar os 300 votos.

A proposta trata de dois crimes contra o Estado Democrático de Direito — abolição violenta, com pena de 4 a 8 anos, e golpe de Estado, de 4 a 12 anos — e estabelece que, quando cometidos no mesmo contexto, não tenham as penas somadas. O texto prevê a aplicação do chamado concurso formal, no qual se aplica a punição do crime mais grave, com aumento de um sexto até a metade, a ser definido pela Justiça.

Atualmente, o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) permite a soma das penas, o que foi aplicado nas condenações

relacionadas ao 8 de Janeiro e também no julgamento da trama golpista envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro e aliados.

Na prática, a mudança reduz o tempo de punição, inclusive para condenados que já cumprem pena. O projeto ainda estabelece redução de um a dois terços para crimes cometidos em contexto de multidão, desde que não haja financiamento ou liderança, além de flexibilizar a progressão de regime, permitindo a saída do fechado após o cumprimento de um sexto da pena.

Ao vetar integralmente o texto, o governo argumentou que a proposta é inconstitucional

e contraria o interesse público, “uma vez que a redução da resposta penal a crimes contra o Estado Democrático de Direito daria o condão de aumentar a incidência de crimes contra a ordem democrática e indicaria retrocesso no processo histórico de redemocratização que originou a Nova República”, conforme a mensagem enviada ao Congresso.

A oposição intensificou a articulação para reverter o veto. Sóstenes Cavalcante sustenta que há apoio consolidado entre partidos de centro e afirma que o movimento não depende de concessões políticas. “É uma questão de correção

de injustiça”, declarou ao **Correio**.

Em tom mais contundente, o parlamentar defendeu mudanças mais amplas: “Nós defendemos anistia total, geral e irrestrita. Não foi possível. Nós entendemos que o texto atual corrige penas porque não houve financiamento, isso não foi golpe, isso é história do governo, né?”

Do outro lado, o líder do PT na Câmara, Pedro Uczai (SC), afirmou que o tema da dosimetria deve permanecer sob responsabilidade do Judiciário. “Não cabe ao Congresso mexer em temas que desorganizam todo o sistema jurídico para atender especificamente o caso dos golpistas”, disse ao **Correio**.

Uczai também argumenta que a derrubada do veto criaria contradição legislativa, ao flexibilizar penas logo após o endurecimento de regras no combate ao crime organizado. “Acreditamos que o Senado e a Câmara não vão querer fragilizar uma legislação que acabaram de aprovar”, declarou.

A votação será aberta e nominal, com apuração iniciada pela Câmara. Se o veto for mantido, o projeto será arquivado. Caso seja derrubado, o texto segue para promulgação em até 48 horas pelo presidente da República. Se isso não ocorrer, a responsabilidade passa ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).